

Mercado Regional de Escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará no Século XIX – elementos de nossa formação econômica e social¹

RESUMO

O presente artigo estuda preços de escravos no século XIX em duas regiões brasileiras a partir de dados obtidos em inventários *post-mortem* em Sabará, Minas Gerais, e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. As comarcas que os englobavam caracterizavam-se pela produção de bens nem sempre exportáveis e pelo predomínio de pequenos proprietários de escravos. Procura-se, por meio de alguns testes estatísticos, verificar a existência de um mercado regional de escravos a uni-las, assim como indicar elementos da dinâmica econômica de cada uma a partir de elementos da demografia escrava.

PALAVRAS-CHAVES

Preços de Escravos, Minas Gerais, Rio Grande do Sul

1. Introdução

Recentemente, a historiografia econômica nacional tem sido beneficiada pela produção acadêmica de historiadores como João Luís Fragoso e Manolo Florentino, da Universidade Federal Fluminense. Juntamente com outros autores do Rio de Janeiro, vem sendo conhecida tal produção como da *Escola do Rio*, que questiona alguns postulados importantes da historiografia de mais longa data, em especial as afirmações em torno da rigidez do Exclusivo Metropolitano e suas conseqüências, isto é, a impossibilidade de realização de acumulações internas e a dependência da economia colonial e imperial em relação aos centros consumidores das mercadorias que exportávamos. Ainda um postulado relevante, mas que não é somente por esta escola questionado, diz respeito às características do tráfico de escravos para o Brasil. Tem-se demonstrado que eram residentes muitos dos traficantes, não se aplicando ao caso brasileiro o esquema elaborado por Eric Williams, denominado comércio triangular, que resumia as relações econômicas entre o Caribe, a Inglaterra e a África.

¹ O autor agradece à CAPES pela bolsa de mestrado e à FAPESP pela de doutorado. Agradece, ainda, ao Museu do Ouro, em Sabará (MG), e ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, instituições públicas sem as quais a coleta de dados e todo o processo de pesquisa seria impossível. Agradece ao Professor Doutor Luís Felipe de Alencastro, então no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e atualmente na França, e aos Professores Doutores João Antônio de Paula, da Universidade Federal de Minas Gerais e José Jóbson de A. Arruda, também do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, pelas orientações prestadas. É óbvio que não são eles, professores e instituições, os responsáveis pelos equívocos que cometi, mas pelos méritos que este artigo contém.

Este artigo pretende fazer a crítica de alguns dos questionamentos apresentados pela Escola do Rio e demonstrar que os mercados de escravos presentes em regiões marginais da economia brasileira do século XIX, como Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Sabará, em Minas Gerais², eram influenciados pelos preços do café, apontando para a condição periférica do Brasil, adquirida com a Independência e para a integração econômica do território nacional por meio do tráfico de escravos.

2. Sociedades Coloniais e Escravidão no Novo Mundo

No Novo Mundo, a exceção de poucas áreas, como o Norte dos Estados Unidos e o Canadá, predominou, desde que algum processo de colonização tenha sido efetivamente empreendido, o trabalho compulsório. Neste incluem-se a escravidão africana, as diferentes formas de exploração do trabalho indígena na América Hispânica e Portuguesa e mesmo, como em algumas ilhas do Caribe, a servidão temporária de europeus e, mais raramente, de orientais. O trabalho livre só virá a se apresentar como relação de produção predominante e em expansão nos séculos XX e XIX³.

No caso brasileiro, o apego à escravidão foi evidente. Sendo território onde praticamente a introduzem nas Américas, é o que mais tardiamente dela se desfaz, ainda assim sob forte pressão militar britânica, no caso da extinção do tráfico transatlântico de escravos, e evidente apoio norte-americano e britânico, no caso do Abolicionismo. Pode-se dizer, como fez Conrad⁴, que a escravidão contava com efetivo apoio social no Brasil, sendo explicável a resistência de grande parte da sociedade brasileira, acostumada que estava com aquela ordem social e temerosa do que pudesse resultar da eliminação de um de seus fundamentos⁵.

Para ilustrar tal apoio à escravidão, declinante ao longo do século XIX, basta verificar o percentual dos inventariados a cujos inventários tivemos acesso que não tinham este tipo de

² Os dados que empregamos para a análise dos mercados de escravos de Sabará e de Porto Alegre foram obtidos por meio das pesquisas que levei a efeito tendo em vista as redações de minha dissertação de mestrado e de minha tese de doutorado. Para tanto, foram lidos 633 inventários post-mortem da Comarca de Nossa Senhora da Conceição de Sabará e 364 da Comarca de Porto Alegre, confeccionados entre 1800 e 1887.

³ Genovese, 1988.

⁴ Conrad, 1972.

⁵ “Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.” Freyre, 1977. Pág. 153.

propriedade, na tabela 1. É certo que o apego dos brasileiros à escravidão não era uniforme. O município mineiro mantém este tipo de propriedade mais disseminadamente do que o rio-grandense, no final do século XIX. Se é verdade que o apoio social a uma determinada prática depende, em certa medida, do exercício da mesma por uma proporção da população, entende-se porque o Abolicionismo manifestou-se com maior aceitação na capital do Rio Grande do Sul do que em Minas, por um lado, e porque não poderia ter-se manifestado em ambos os lugares, por outro, na década de 10.

Tabela 1: Percentuais de Inventariados sem Escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1887

Períodos	Porto Alegre	Sabará
1800-10	23,07692	19,5122
1811-20	21,21212	19,04762
1821-30	12,12121	11,5942
1831-40	17,64706	14,7541
1841-50	33,33333	18,51852
1851-60	17,30769	32,46753
1861-70	25	28,57143
1871-80	51,02041	33,65385
1881-87	74,28571	50,68493

2.1 – Mercados Coloniais e Elites Mercantis

Uma das questões recentemente reavivadas pela historiografia econômica nacional diz respeito a um tema antigo e, de certo modo, resolvido: o da relevância dos mercados coloniais, interno e externo. A visão que se tornou predominante ao longo do século XX, pode ser resumida nos seguintes termos: no período colonial, a economia da América Portuguesa esteve submetida, admitindo diferentes variações de intensidade, às economias européias, sendo sua razão de ser, a produção de mercadorias a serem consumidas no exterior. Além disto, era meio para acumulação externa de capitais, uma vez que o comércio exterior era dominado por não residentes que faziam uso, na medida do possível, dos órgãos da administração luso-brasileira, obedientes a Lisboa, para estabelecerem monopólios mercantis.

As formas de realizar comércio, então, eram bastante diferentes das existentes hoje: o emprego da força sem sutilezas era a norma. O Exclusivo Metropolitano, usado segundo diferentes gradações ao longo do tempo, pressupunha o contrário do livre-cambismo, no que tange ao comércio internacional, e uma série de monopólios reais os quais eram arrematados, em leilões ou não, no que diz respeito ao comércio interno à colônia. Tais monopólios

poderiam, ainda, ter suas rendas revertidas em favor de municípios, ordens religiosas, particulares, etc, revelando práticas contra as quais Adam Smith se opunha e que se faziam presentes não apenas no mundo colonial, mas também na Europa, como nos revela Heckscher⁶.

Nestes termos, não resta dúvida sobre as práticas mercantis anteriores ao Livre-Cambismo do século XIX. O que recentemente se tem questionado é, dentre outras coisas, a relevância dos movimentos externos à economia brasileira no período colonial, sendo usado, para tanto, dados obtidos em fontes primárias, por João Luiz Fragoso e analisados em Homens de Grossa Aventura. Por meio de uma equivocada análise dos dados obtidos⁷, pressupôs-se que os preços de algumas mercadorias no porto do Rio de Janeiro tiveram movimentos não correlacionados com os preços internacionais no final do período colonial, o que indicaria uma certa independência em face das injunções externas ao Brasil. Além disto, estudando-se a elite mercantil fluminense, concluiu-se que ela contava com grande espaço de atuação nas relações mercantis com a África e com o centro-sul brasileiro. Uma vez que as práticas comerciais, tanto em uma direção quanto na outra, eram as típicas do período pré-livre-cambista, percebe-se que havia, no interior da economia brasileira, espaço para acumulações endógenas. Mais do que isto, tais acumulações se sobreporiam às externas, dando ao conjunto uma certa independência de ritmos econômicos que seria anterior à independência política.

De nosso ponto de vista, é inegável a força da elite mercantil fluminense e o maior mérito das contribuições de Fragoso e Florentino é apontar para ela. Tal elite seria, na realidade, muito antiga, sendo perceptível seu nascimento, talvez, no episódio da expulsão dos holandeses de Angola e da destruição do Reino do Congo, obra de luso-brasílicos e angolistas que, saídos do Rio de Janeiro, foram ao litoral e interior africano restabelecer as condições necessárias para a retomada do tráfico de escravos no século XVII, “surpreendendo” as negociações em andamento entre as Províncias Unidas e Portugal sobre Pernambuco⁸.

2.2 – Economia e População Escrava no Novo Mundo

O tráfico de escravos constituiu-se, sem sombra de dúvida, em um dos ramos do comércio colonial de maior relevância. O domínio militar das fontes de abastecimento, isto é, dos pontos do litoral africano para onde eram levados os cativos capturados no interior, era de

⁶ C.F.: Heckscher, 1988. Capítulo 2, parte I.

⁷ C.F.: Mariutti, Nogueról e Danieli Neto, 2001.

⁸ Alencastro, 2000.

fundamental importância, dadas as práticas mercantis vigentes. Entendia-se, na época dos holandeses em Pernambuco, que sem Brasil não havia Portugal e sem Angola não havia Brasil, razão pela qual o simples domínio do Nordeste era insuficiente para os objetivos últimos da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais: gerar lucros. Dada a alta mortalidade da população cativa, a conquista apenas da região produtora de açúcar era uma quimera: logo faltaria quem trabalhasse, motivo porque não apenas São Jorge da Mina foi definitivamente tomada de Portugal, mas também Luanda e Benguela, ainda que temporariamente.

Na historiografia brasileira convencionou-se que, em todos os tempos e lugares, a população cativa comportava uma tendência ao crescimento vegetativo negativo. O contrário do caso brasileiro seria o norte-americano no século XIX, onde não se duvida do crescimento numérico registrado após o fim do tráfico transatlântico de escravos para os EUA.

As razões para a mencionada tendência brasileira residem, no nosso entendimento, na dinâmica existente entre população escrava e economia, a qual pode ser resumida nos seguintes termos: a depender da rentabilidade das unidades produtivas onde trabalhavam os escravos, estes terão maiores ou menores possibilidades de se reproduzirem. Ao contrário do que se dá com o trabalhador livre, cuja remuneração correlaciona-se positivamente com o ciclo econômico, o trabalhador cativo tem suas condições de existência pioradas nos momentos de auge, quando a unidade produtiva tem maiores condições de substituí-lo mais facilmente via tráfico, e melhoradas quando a conjuntura reduz os lucros⁹, porque então sua substituição é relativamente mais cara, valendo a pena preservá-lo por um período maior.

Antônio Barros de Castro, na década de 80, propôs a seguinte tipologia: haveria, no Novo Mundo, três tipos de regiões produtoras de açúcar a depender da rentabilidade associada a cada uma: as superdotadas, as regiões membro-efetivo e as residuais. Dada a possibilidade de introdução de novas regiões produtoras, assim como de eventos fortuitos, como instabilidades políticas e sociais, lugares que em um período foram de uma categoria poderiam passar às demais. Concretamente: o Nordeste brasileiro, até o advento da concorrência antilhana, foi região superdotada, passando a membro efetivo posteriormente, sendo determinadas áreas nordestinas abandonadas ou ocupadas com a produção de outras mercadorias que não o açúcar. O mesmo podemos dizer da Ilha da Madeira, que a partir da

⁹ Nas palavras de Gilka V.F. de Salles, que estudou a economia goiana no período colonial: “*Sabe-se que o rigor do trato (com os escravos) foi mais acentuado na época de maior produção de ouro, reduzindo-se a exigência de trabalho excessivo quando os veios se retraíram.*” Pág. 288.

concorrência nordestina passou à produção de vinho abandonando a cultura que inicialmente comportou. Cuba, a partir da abolição da escravidão no Haiti, disputou com o Nordeste brasileiro a supremacia da sucrocultura, assim como São Paulo veio, ao longo do tempo, a desbancar antigos produtores de café.

Fazendo uso dos termos de Barros de Castro, podemos associar a maior possibilidade de reprodução da população escrava às regiões residuais, assim como devemos esperar uma maior atividade traficante nas regiões superdotadas. Indo além: devemos encontrar uma maior proporção de africanos nas regiões de maior rentabilidade e, de modo inverso, os crioulos¹⁰ predominam nas regiões de menor lucratividade. Disto decorre o fato de que, dadas as características do tráfico africano, haverá predomínio numérico de homens nas primeiras e equilíbrio entre os gêneros nas segundas, assim como se perceberá uma maior participação de crianças nestas e não naquelas.

Estamos querendo, com o raciocínio exposto, indicar que algumas variáveis demográficas podem ser usadas para inferir a situação econômica de determinadas regiões ao longo do tempo. Há que se notar, no entanto, que a extinção do tráfico transatlântico modifica inteiramente os dados do problema: sem a fonte africana, as regiões que têm grande rentabilidade vêem-se na contingência de preservar as populações cativas de que dispõem, esperando-se um aumento dos preços dos escravos em geral e, em particular, dos recém-nascidos. A análise, portanto, dos preços das diferentes categorias de escravizados, assim como das diferentes proporções entre homens e mulheres de faixas etárias específicas pode revelar determinados nuances da economia brasileira como um todo, bem como das regiões que a compunham no século XIX.

3. Economias não Exportadoras: Minas Gerais e o Rio Grande do Sul no Século XIX

As lições de Celso Furtado foram por todos aprendidas: a economia brasileira, até o advento do predomínio do mercado interno sobre o externo, na formação da demanda dos produtos que produzíamos, possuía a seguinte dinâmica: havia, sempre, um setor exportador e um de subsistência. O primeiro seria impulsionado por demandas externas e geraria níveis elevados de rendimentos estando inserido nos fluxos internacionais de pagamentos. Quando, por quaisquer razões, entrasse em decadência, passaria por uma fase de regressão econômica que, no caso do Nordeste, resultou no abandono das terras inframarginais pela cana-de-açúcar,

¹⁰ Chamava-se crioulo o escravo nascido no Brasil.

ainda que se tenha mantido a produção açucareira regional. De todo modo, o nível de rendimentos cai e a unidade produtiva torna-se menos dependente do exterior para reproduzir-se, à exceção da compra de mão-de-obra. No caso de Minas, Goiás e Mato Grosso, o esgotamento dos filões teria um impacto maior do que a concorrência antilhana para o nordeste: os empresários, sem alternativas para o uso dos recursos produtivos com que contavam, continuaram procurando novos filões, esgotando o pouco capital acumulado. Por fim, quando do advento da cafeicultura, os escravos mineiros teriam sido vendidos a ela.

O setor de subsistência, por seu turno, seria formado pelos produtores de alguns bens consumidos pelo setor exportador, do qual obtinha-se um nível mais baixo de rendimentos. Em momentos de auge das exportações, uma maior especialização do setor exportador resultaria em maior demanda de bens de subsistência e, portanto, melhor aproveitamento dos recursos existentes nos dois setores. Nos momentos de retração do envio de mercadorias para o exterior, ambos os setores regrediriam, ainda que o de subsistência em maior profundidade, representando a perda dos poucos vínculos mercantis que tinha, ainda que não percesse por isto¹¹.

No século XIX brasileiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não se caracterizavam por serem economias exportadoras, ou ao menos não foram assim caracterizados pelos historiadores da visão tradicional. Em torno da primeira província, é interessante observar a formação, de 1980 em diante, de uma nova visão sobre a economia do século em questão: dado que era a província brasileira que concentrava a terceira maior população cativa das Américas, perdendo apenas para os Estados Unidos e para Cuba, a conciliação deste dado com a suposta decadência havida posteriormente ao esgotamento dos filões auríferos é problemática. Roberto Borges Martins, em tese seminal¹², apontou para esta incoerência, uma vez suposto que a existência de escravos se combina, necessariamente, com a produção de mercadorias. Para este autor, Minas não se transforma em fonte fornecedora de mão-de-obra para a expansão da cafeicultura fluminense, como pretendido por Furtado. Pelo contrário, é a economia provincial importadora da maior quantidade de escravos do Brasil no novecentos, o que se faz pelo porto do Rio. Dado que não era economia notabilizada por exportações, inferiu-se que as mercadorias produzidas pelos escravos mineiros destinavam-se ao mercado

¹¹ Tais vínculos não tinham a relevância que atualmente se atribui a toda atividade produtiva.

¹² Martins, 1980.

interno provincial¹³. Esta hipótese é retificada por Robert Slenes¹⁴, para quem Martins subestimou as exportações mineiras: exportar-se-iam diamantes para o exterior e alimentos para o Rio de Janeiro, a cidade e a província.

O Rio Grande do Sul é, por seu turno, província que se desenvolve, desde que nela se deu algum processo de colonização, para o mercado interno colonial, sendo o charque a mercadoria principal. De fato, com o advento da economia de mineração nas províncias do interior da América Portuguesa, os rio-grandenses transformam-se em fornecedores de bestas para as minas e de carne para as províncias litorâneas. No século XIX, segundo relata-nos Saint Hilaire¹⁵, ainda havia a produção de feijão e farinha de mandioca para as províncias do norte.

Além desta característica econômica, possuía a província do sul um caráter acentuadamente militar pela indefinida posição da fronteira entre os impérios português e espanhol. Nestes termos, ao caráter mercantil enfatizado por Furtado para a colonização portuguesa nas Américas, deve-se apontar para as pretensões luso-brasileiras no Prata, do que resultou um processo colonizador específico.

3.1 – Mercados de Escravos em Províncias não Exportadoras

A nova visão que se vem formando sobre a economia brasileira no século XIX enfatiza, como expusemos anteriormente, a relevância dos ritmos internos em face dos externos na determinação das dinâmicas econômicas locais. Nestes termos, as relações do Rio de Janeiro com a África e com o centro-sul do Brasil seriam determinantes de acumulações de capitais em mãos de residentes. De nosso ponto de vista, embora seja indubitável a existência de circuitos mercantis como os apontados por Fragoso, entre 1790 e 1830, e por Alencastro¹⁶, no século XVII, é questionável o grau de autonomia com que contou a colônia e, posteriormente, o Império.

Somos partidários da velha visão da economia brasileira. Quem queira estudar nosso passado depara-se com um complicado problema: atribuir pesos aos movimentos internos e aos externos de nossa economia procurando saber quais predominam.. A visão que aqui vimos

¹³ A contribuição da tese de Martins para o livro de João Luiz Fragoso, assim como para a nova visão da história econômica brasileira, não é pequena.

¹⁴ Slenes, 1988.

¹⁵ Saint-Hilaire, 1987.

¹⁶ Alencastro não endossa a autonomia apontada por Fragoso.

chamando de velha¹⁷ não nega a existência dos primeiros, mas apenas aponta para o domínio dos segundos. Assim, embora com acumulações internas, alimentadas por circuitos comerciais endógenos, nossa razão de ser se torna compreensível se reportada ao domínio do capital mercantil europeu, primeiramente, e à derrota que sofre diante do capital industrial europeu e norte-americano, posteriormente. Províncias como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, embora não fossem diretamente exportadoras, ou o fossem em escala relativamente pequena em face do que eram Rio de Janeiro e São Paulo, da cafeicultura, e o Nordeste, da sucrocultura, eram amplamente influenciadas pelas relações que o país mantinha com os centros consumidores dos produtos que exportava.

Variáveis privilegiadas para expressar tal dependência são as oriundas do mercado de escravos, uma vez que os cativos eram fator de produção comum a todo o Brasil, sendo seus preços expressão da capacidade de produzir mercadorias, ainda que nem sempre fossem nisto empregados.

Sabará

Entendemos, a partir de Antônio Barros de Castro, que regiões residuais não poderiam ser importadoras de grandes quantidades de escravos, uma vez que não dispunham de renda suficiente para tanto. É nestas regiões que, supomos, os escravos não seriam intensivamente aproveitados para produzir mercadorias, mas bens de uso cujo consumo dependeria da capacidade e gosto de seus proprietários. A hipótese de venda dos cativos das regiões de menor rentabilidade econômica para as de maior deve ser contemplada considerando o fato de que fazê-lo significaria, nas palavras de João Manoel Cardoso de Mello, liquidar os demais ativos. Uma vez que a obtenção de trabalho não se poderia fazer por outras formas que não compulsoriamente, e que a rentabilidade dos demais fatores de produção dependia da associação com este, eliminá-lo seria perder completamente as possibilidades de geração de renda. Com isto estamos querendo nos contrapor à hipótese levantada por Martins, para quem a população escrava mineira crescia, no século XIX, importando africanos para a produção de mercadorias destinadas a um improvável mercado interno mineiro e à correção proposta por Slenes, para quem a dita população ocupava-se da exportação de alimentos e pedras preciosas.

¹⁷ No Brasil, as palavras velho e estragado são freqüentemente usadas como sinônimas. Em alguns lugares do Nordeste, como no Piauí, em particular, para caracterizar algo imprestável usam-se ambas simultaneamente. É evidente que quando chamo determinada visão historiográfica de velha, em contraposição a uma outra, nova, não quero dizer que a primeira é inferior à segunda, ou mesmo que esteja ultrapassada.

Não estamos negando nem a importação de cativos nem as exportações mencionadas, mas qualificando uma economia decadente que passa por transformações produtivas e sociais que transita de superdotada a membro efetivo da cadeia.

A Comarca de Nossa Senhora da Conceição de Sabará abrigou, a partir da década de 30 do século XIX, o maior empreendimento britânico em território brasileiro: a Mina de Morro Velho, de propriedade da Saint John D'El Rey Mining Company, com ações negociadas na Bolsa de Valores de Londres¹⁸. Esta mina, ainda hoje em funcionamento no município de Nova Lima, vizinho a Belo Horizonte, empregou escravos próprios enquanto foi permitido aos súditos britânicos possuir este tipo de propriedade. Posteriormente, alugou-os de particulares. Fortemente especializada na prospecção mineral, empregava os escravos que comandava também na produção de subsistência para auto-abastecimento, o que indica uma certa pequenez do mercado interno regional. De todo modo, admite-se que, de alguma maneira, dinamizava a economia local constituindo-se em centro de demanda e local privilegiado para o estudo das hipóteses levantadas por Martins e Slenes.

Se Sabará se situasse em região superdotada, verificar-se-ia o predomínio da população africana sobre a crioula e da masculina sobre a feminina. Sendo região que abrigou a empresa que, durante o século XIX, foi responsável, isoladamente, por 1% das exportações brasileiras do período, seria de se esperar que fosse superdotada e, portanto, local onde o mercado interno mineiro, grande demandante de escravos africanos, para Martins, se revelaria.

Os dados que obtivemos dos inventários de Sabará, em nossa opinião, não comportam as hipóteses de Slenes, ao menos para a região em que se situava¹⁹. Conforme se pode verificar pela tabela abaixo, mesmo enquanto esteve aberto o tráfico de escravos a população crioula predominava sobre a africana. Tal predomínio, na década de 30, se não se trata de uma amostra espúria, passou por uma breve regressão, refletindo, possivelmente, a entrada em atividade da Mina de Morro Velho. Tal fato deve ter aumentado a demanda por escravos na região e, dentre estes, de africanos. Ainda assim, na década de 40, quando se registram as maiores entradas de africanos no Brasil, a proporção em questão praticamente dobra em

¹⁸ Todas as informações sobre o empreendimento inglês foram obtidas de Libby, 1984.

¹⁹ Clotilde Andrade Paiva, em tese de doutorado, apresentou uma regionalização de Minas Gerais própria ao século XIX, isto é, considerando os dados demográficos e econômicos da época, o que difere da regionalização hoje existente. Sabará, nestes termos, ficava situada na Região Mineradora Central Oeste que, juntamente com a Diamantina, a Sudeste e a Intermediária Pitangui Tamanduá, constituíam-se nas de mais elevado desenvolvimento.

relação à década precedente. A partir disto, pode-se supor que, na década de 40, ao contrário de se comprarem africanos, preferiu-se a compra de crioulos. Se esta hipótese estivesse correta, mantida a característica eterna, no Novo Mundo, de preferência por homens às mulheres por parte dos demandantes de trabalho escravo, se esperaria que a proporção entre homens e mulheres passasse por alterações em favor destes, mas isto não aconteceu em Sabará, como se pode ver pela tabela 2.

Tabela 2: Relações entre as quantidades de escravos e de escravas sabarenses em diferentes períodos segundo o local de nascimento

Períodos	Homens/mulheres	africanos/africanas	Brasileiros/brasileiras	Brasileiros/africanos
1800-1810	1.38	2.46	0.97	1,40
1811-1821	1.75	3.71	1.17	1,64
1821-1830	1.41	3.04	0.99	1,95
1831-1840	1.78	3.26	1.33	1,60
1841-1849	1.52	6.28	1.09	3,15
1850-1872	1.34	4.62	1.12	4,14
1873-1887	1.17	3	1.11	13,15

Percebe-se uma certa instabilidade na mencionada proporção. Há predomínio do número de homens sobre o número de mulheres, no entanto, se Sabará fosse região superdotada, a proporção entre os gêneros assemelhar-se-ia, para ambas as populações, de africanos e de brasileiros escravos, à primeira destas. É sabido que o tráfico transatlântico de escravos trazia, em média, de 3 a 4 homens para cada mulher. A população africana escravizada em Sabará reflete esta característica, mas porque a rentabilidade das unidades produtivas locais era mediana, não atingindo o que se deve verificar na sucrocultura nordestina em seu auge, ou mesmo a mineração do século XVIII, o desequilíbrio é relativamente pequeno²⁰.

Porto Alegre

O Rio Grande do Sul, no início do século XIX, se apresentou, aos olhos de Saint Hilaire, que também conheceu Minas Gerais e Goiás, como uma região de contrastes em relação ao que conhecia do resto do Brasil. Além da miscigenação ser menos intensa e de

²⁰ Estranhamente, esta proporção de quatro homens para cada mulher esteve presente nos anos iniciais da construção de Brasília (Lopes,1996) antes de ser inaugurada (1956-1960)...um aspecto arcaizante a mais na construção de um dos símbolos de nossa modernidade.

serem os rio-grandenses muito menos calorosos que os mineiros²¹, por exemplo, era província com perspectivas de crescimento muito mais amplas, além de ser produtora de riquezas novas, resultando disto que a capital e as cidades de Rio Grande e Pelotas possuíssem prédios novos, indicando que, ao contrário de Minas, não estava decadente.

Porto Alegre, além de capital da província, era importante centro comercial intermediando trocas entre o resto do mundo e os Campos de Viamão, onde se criava gado de corte, além de se produzirem bens agrícolas e, após o início da imigração alemã, a Serra Gaúcha e os vales dos rios que deságuam no Guaíba, às vezes chamado de mar nos inventários que estudamos.

O crescimento econômico que percebemos nas palavras de Saint Hilaire, na economia escravista gaúcha do século XIX, tal como a entendemos, significa presença crescente de escravos. Uma vez que longe estava de ser superdotada, este crescimento significava um nível de atividades tal que permitia presença de população crioula.

Tabela 3: Proporções de gêneros na população escrava registrada nos Inventários Post-Mortem de Sabará, entre 1800 e 1887, e de Porto Alegre, entre 1800 e 1884

Períodos	Homens/mulheres	
	Sabará	Porto Alegre
1800-1810	1.38	1,21
1811-1820	1.75	1,66
1821-1830	1.41	1,91
1831-1840	1.78	2,11
1841-1850	1.52	1,24
1851-1872	1.34	1,46
1873-1887	1.17	1,01

Fazendo uso da mesma metodologia aplicada a Sabará para a análise do predomínio de homens sobre mulheres na população cativa, verificamos que Porto Alegre possuía elementos sociais bastante próximos aos existentes no interior de Minas²². A crescente proporção de homens, em relação ao número de mulheres escravas, indicada na tabela acima, aponta para um crescimento econômico mais estável para Porto Alegre comparativamente a Sabará entre 1800-1810 e 1841-1850: provavelmente, a capital do Rio Grande do Sul participava mais

²¹ Embora igualmente receptivos. Sempre que chegava a uma estância, por mais miserável que fosse, recebia uma cuia com chimarrão e carne, contra o quê os proprietários recusavam-se a aceitar qualquer tipo de pagamento.

ativamente do tráfico de escravos e, por isto, até que fossem estes substituídos por imigrantes e trabalhadores nacionais, a desproporção numérica entre os gêneros se manteve crescendo. Tal substituição, supomos, daria à economia e à demografia porto-alegrenses uma nova dinâmica, mais próxima da atual.

3.2 – Sabará, Rio de Janeiro e Porto Alegre: praças de um mercado regional de escravos

Como chegavam e partiam os escravos do Rio Grande do Sul? Por meio do Rio de Janeiro, tal como Minas Gerais. Esta é a razão porque os preços dos escravos sabarenses e porto-alegrenses têm tão forte correlação ao longo do século XIX e, em especial, até 1850²³, configurando um mercado que abrangia o centro-sul do Brasil, tal como indicado por Fragoso.

Além da forte correlação no período mencionado, as médias de preços entre 1801 a 1850 não são significativamente diferentes entre si²⁴. Entre 1851 e 1872, os movimentos dos preços de cativos das duas localidades passam a ter movimentos menos próximos do que os verificados anteriormente, sendo estatisticamente relevantes as diferenças de médias apuradas²⁵. A partir de 1872, a diferença entre os preços se mantém e os movimentos de preços dos mercados de escravos locais não mais se correlacionam. A partir de 1871, verifica-se que a correlação existente entre Sabará e o Rio de Janeiro é bastante alta ($r = 0,79$), sendo menor a que se apurou entre esta província e Porto Alegre ($r = 0,49$). As médias são diferentes entre si, sendo a da capital do Rio Grande do Sul a que se afastou das demais²⁶.

Resta explicar os motivos porque geograficamente tão distantes, Porto Alegre e Sabará compartilharam inicialmente os mesmos movimentos de preços de escravos para, findo o tráfico transatlântico, distanciarem-se crescentemente.

²² Por razões que desconhecemos, há um grande número de escravos de origem não identificada nos inventários de Porto Alegre, razão pela qual optamos por não fazer o mesmo exercício que fizemos para Sabará no que diz respeito às populações africanas e crioulas. Verificar tabelas 1 e 4 do apêndice.

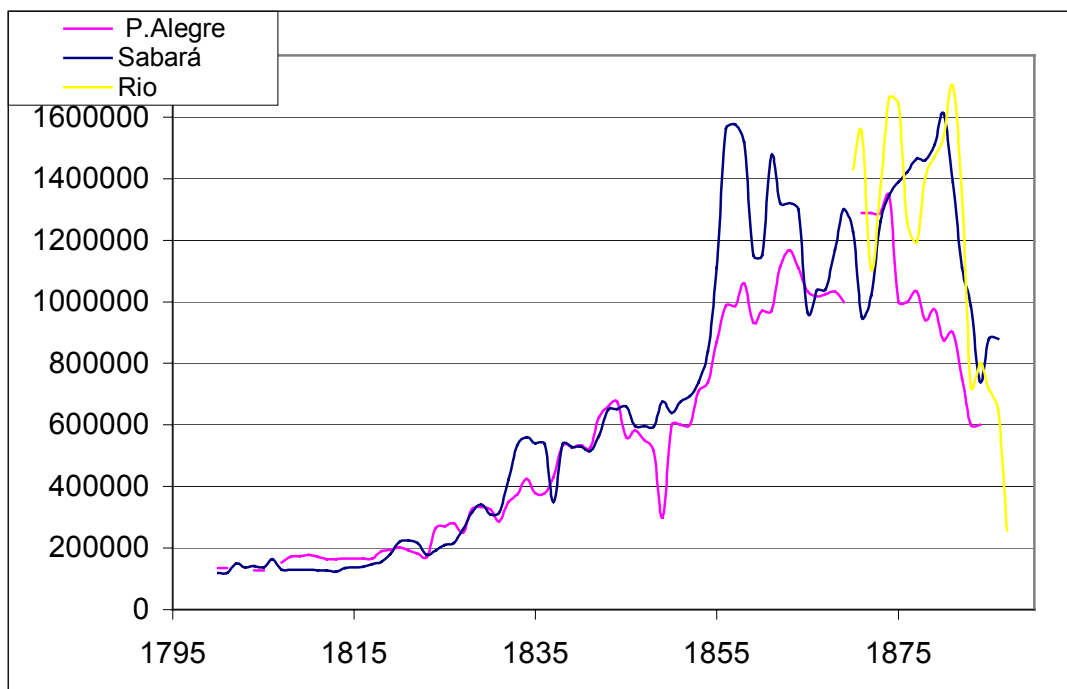
²³ O coeficiente de correlação para os preços de escravos de primeira linha, isto é, do sexo masculino e sadios contando de 20 a 29 anos de idade, para o século XIX é 0,91. Para o período de 1801 a 1850 é 0,912. Entre 1851 e 1872 é 0,63. Por fim, entre 1872 e 1884 é -0,13. Adiante analisamos as razões das diferenças e semelhanças.

²⁴ A média de preços do escravo de primeira linha em Sabará, entre 1801 e 1850, é de 316\$108, enquanto em Porto Alegre se pagava 320\$149. A estatística t para a diferença é 0,10. Comentaremos, posteriormente, as razões para as variações absolutas de preços.

²⁵ Entre 1851 e 1872 pagava-se, em média, 963\$936 por um escravo de primeira linha em Porto Alegre. Em Sabará, um escravo do mesmo tipo era negociado, em média, por 1:198\$037. A estatística t, em um teste de duas amostras para médias, resultou ser 3,95.

²⁶ As médias de preços de escravos de primeira linha para Sabará, Rio de Janeiro e Porto Alegre são, respectivamente, entre 1873 e 1884: 1:330\$997, 1:342\$083 e 942\$152. A Análise de variância que fizemos está reproduzida na tabela 2 do apêndice.

Gráfico 1: Médias Móveis Trienais, em réis, para Preços de Escravos de Primeira Linha em Porto Alegre, Rio de Janeiro²⁷ e Sabará ao longo do século XIX



Entendemos que os escravos constituíam-se no principal fator de produção então empregado e o que maior mobilidade tinha. Neste caso, mesmo considerando as limitações de uma economia algo desagregada em comparação com os dias de hoje, não se pode desconsiderar o fato de que os preços deles indicam a submissão do todo a uma condição necessária para seu emprego: a equivalência de custos de oportunidade. Em outras palavras, podemos supor que a mobilidade do fator de produção em questão era dada também pela rentabilidade a ele associada, sendo necessário, para empregá-lo, que Porto Alegre e Sabará obtivessem, com os cativos de que dispunham, produto econômico semelhante, sem o que haveria exportação de cativos dos locais de menor para os de maior rentabilidade, respeitando, no entanto, as rentabilidades dos demais fatores de produção, uma vez que zerar o estoque de um deles significaria, como já disse, liquidar todos os demais ativos.

A partir de 1850, com o fim do tráfico, o rápido crescimento, no Sudeste, da cafeicultura e, provavelmente, o aumento da participação do trabalho livre na produção sulina,

²⁷ Para o Rio de Janeiro fizemos uso dos dados apresentados por Melo, P.C.:1978. Os valores para a confecção deste gráfico estão explicitados na tabela 3 do apêndice.

os preços começam a se distanciar: o Rio Grande do Sul transforma-se em exportador de escravos, não ocorrendo o mesmo com Minas, segundo Roberto Borges Martins. Ainda assim, com médias distintas, mas com movimentos próximos, percebe-se a submissão de ambas as regiões em que estavam as comarcas ao que enunciamos no parágrafo precedente.

Por fim, a partir de 1872 há uma aparente desorganização do mercado de escravos existente entre o Sudeste e o extremo sul do Brasil, talvez em razão da resistência dos próprios escravos contra serem vendidos para outras províncias: a Lei do Ventre Livre passou a impedir a separação de mães e filhos, o que deve ter contribuído para o fortalecimento e estabilidade das famílias escravas.

Resta entender, por fim, o que motivou o aumento de preços dos escravos de primeira linha entre 1801 e 1880. Desde Pedro Carvalho de Mello sabemos dos efeitos do Abolicionismo sobre os preços de escravos fluminenses: com o recrudescimento do movimento contestatório à escravidão, os preços dos escravos entram em queda, sendo notável que no Rio de Janeiro, em 1887, o preço de venda correspondesse ao preço de aluguel de um ano do cativo, indicando que o mercado de escravos antecipava, como hoje ocorre com tantas outras mercadorias, o fim de um direito de propriedade.

A hipótese que defendemos, para explicar o fenômeno do aumento de preços dos escravos mineiros e gaúchos de primeira linha, ao longo do século XIX, é a mesma empregada por Fogel e Engerman para os escravos do Sul dos Estados Unidos até a Guerra de Secessão: a rentabilidade dos complexos exportadores. A correlação entre preços de escravos e quantidades exportadas de café é bastante elevada entre 1821 e 1850, como se vê abaixo:

Matriz 1: Matriz de Correlações para Índices de Quantidades Exportadas de Café²⁸ de preços de escravos de primeira linha de Porto Alegre e de Sabará entre 1821 e 1850

Correlações	Escravos de Porto Alegre	Escravos de Sabará	Quantidades de Café
Escravos de Porto Alegre	1		
Escravos de Sabará	0,821705	1	
Quantidades de Café	0,760182	0,871839	1

Com a proibição do tráfico de escravos, embora as quantidades exportadas de café tenham continuado a crescer, fizeram-no menos lentamente do que os preços dos cativos, o

²⁸ Fizemos uso das tabelas do IBGE, 1987, para elaborar o índice para esta matriz e para a seguinte.

que indica que a demanda pelos mesmos estava bastante forte e que os lucros obtidos com o trabalho escravo eram suficientes para que ao menos os cafeicultores se dispusessem a pagar os elevados preços pelos quais eram comprados e mandados para as províncias cafeeiras.

Os preços do café exportado, de 1850 a 1872, correlacionam-se positivamente com os preços dos escravos, indicando o crescente peso da cafeicultura na economia nacional, a qual impunha, ao mesmo tempo, a concentração dos escravos no Sudeste do Brasil e balizava o custo de oportunidade da propriedade escrava no resto do país.

Matriz 2: Matriz de Correlações para Índices de Preços de Exportação de Café e de Preços de Escravos de Primeira Linha de Porto Alegre e de Sabará entre 1851 e 1872.

Correlações	Escravos de Porto Alegre	Escravos de Sabará	Preços do café
Escravos de Porto Alegre	1		
Escravos de Sabará	0,633473	1	
Preços do café	0,665523	0,520638	1

A partir de 1872, com a desorganização crescente do mercado nacional de escravos, os preços destes passam a refletir, em especial a partir de 1880, o risco de perda financeira associado à propriedade escrava, enfraquecendo-se a correlação existente entre as exportações de produtos tropicais e o preço dos cativos.

Conclusões

Como exposto na sessão 2 deste trabalho, insistimos na tese de que a escravidão foi elemento fundamental de nossa formação como nação. O século XIX se apresentou aos brasileiros como período de grande transformação, uma vez que eram as nossas bases sociais e culturais as que estavam sob ataque e na iminência de serem alteradas.

O tráfico e a posse de escravos foi, por muito tempo, fonte de enriquecimento e poder das elites brasileiras, razão pela qual tão grande foi nossa resistência para aboli-lo. Entendemos que, na medida em que o tempo passou, o território da América Portuguesa foi palco de transformações que, apesar do emaranhado de elementos presentes, possuía sentido: a tendência para a autonomização do espaço econômico, sendo os mercados internos existentes uma das bases para tanto. Apesar disto, o sentido da colonização²⁹, definido quando da

²⁹Conforme Caio Prado Júnior, 2000 – p. 20: “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida, café, para o comércio europeu.(...)E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país.(...)”

montagem da empresa colonial, se prolonga para além do período colonial, resultando daí que o principal fator de produção empregado pela economia brasileira no século XIX tivesse seus preços determinados pelo que se passava com as economias de exportação, mesmo onde eram os escravos empregados em atividades voltadas para o mercado interno, como pudemos observar em Sabará e em Porto Alegre. Nestes termos, cremos ser precipitada a afirmação da nova visão da economia brasileira do período colonial, segundo a qual haveria ritmos de nossa economia determinados endogenamente a predominar sobre os externos.

Não resta dúvida, todavia, de que espaço havia para a atuação de um certo capital nacional que se expressou regionalmente ao longo do século XIX, antes e depois da Independência. Entendemos, ainda, que a constituição da população escrava e os movimentos do mercado que sobre ela atuava apresentam variáveis que podem indicar a dinâmica econômica regional e esperamos ter contribuído para demonstrar que a integração da economia gaúcha ao resto do Brasil se processou, também, pelo mercado de escravos.

Apêndice

Tabela 1: Quantidades de Homens e Mulheres Escravos Segundo as Origens Declaradas nos Inventários da Comarca de Porto Alegre entre 1800 e 1884

Períodos							Não	Não
	Homens	mulheres	africanos	africanas	brasileiros	Brasileiras	Identificados	Identifica das
1800-1810	87	72	15	7	24	40	48	25
1811-1820	63	38	17	12	20	18	26	8
1821-1830	140	73	40	21	32	29	68	23
1831-1840	142	67	82	28	48	30	12	9
1841-1850	109	88	49	20	46	62	14	6
1851-1872	277	189	83	20	103	138	91	31
1873-1887	57	56	5	1	25	29	27	26
1800-1887	875	583	291	109	298	346	286	128

Tabela 2: Análise de Variância para Média de Preços de Escravos de Primeira Linha, entre 1871 e 1884, de Sabará, Porto Alegre e Rio de Janeiro

Fonte de Variação	Soma de Quadrados	G.L.	Variância estimada	F
entre médias	1,556E+11	2	77799956967	13,51683875
Dentro das amostras	1,89941E+11	33	5755780504	
total	3,45541E+11	35		

Tabela 3: Preços de Escravos de Primeira Linha entre 1800 e 1887 em Sabará*, Porto Alegre* e Rio de Janeiro.**

Anos	P.Alegre	Sabará	Anos	P. Alegre	Sabará	Anos	P.Alegre	Sabará	Rio de Janeiro
1800	136433,3	N.D.	1830	325000	341578,9	1860	971428,6	1150020	N.D.
1801	136433,3	120000	1831	287500	308428,6	1861	971428,6	1150020	N.D.
1802	N.D.	120000	1832	350000	315468,8	1862	1114286	1475050	N.D.
1803	N.D.	150000	1833	375000	422037	1863	1166667	1320000	N.D.
1804	128000	136538,5	1834	425000	532968,8	1864	1111111	1320000	N.D.
1805	128000	141562,5	1835	378000	560675,7	1865	1033333	1300000	N.D.
1806	N.D.	138214,3	1836	378000	539230,8	1866	1016667	964285,7	N.D.
1807	153600	163333,3	1837	431666,7	537272,7	1867	1025000	1037500	N.D.
1808	171800	130000	1838	533333,3	350000	1868	1033333	1040909	N.D.
1809	173381,8	130000	1839	528571,4	537500	1869	1000000	1170000	N.D.
1810	177777,8	130000	1840	533333,3	528571,4	1870	N.D.	1300000	1429000
1811	171400	130000	1841	525000	529166,7	1871	1287500	1228571	1550000
1812	164666,7	126666,7	1842	625000	516666,7	1872	1287500	950000	1104000
1813	164666,7	127000	1843	660000	564000	1873	1287500	1020000	1372000
1814	165000	123571,4	1844	675000	649615,4	1874	1345000	1260000	1662000
1815	165000	136250	1845	560000	651379,3	1875	1000000	1346667	1643000
1816	165000	137000	1846	583333,3	659259,3	1876	1000000	1388889	1257000
1817	165000	139444,4	1847	550000	596428,6	1877	1033333	1421053	1194000
1818	190000	148333,3	1848	516666,7	597222,2	1878	940000	1464286	1406000
1819	193333,3	156363,6	1849	300000	593750	1879	975000	1460000	1473000
1820	202600	179444,4	1850	600000	675000	1880	875000	1511111	1533000
1821	192800	221153,8	1851	600000	640000	1881	900000	1612500	1700000
1822	182800	225454,5	1852	600000	676428,6	1882	750000	1388889	1341000
1823	172560	216153,8	1853	710000	694285,7	1883	600000	1110000	724000
1824	265460	177500	1854	737500	738000	1884	600000	987500	800000
1825	271536,8	192222,2	1855	870000	840000	1885	N.D.	740000	716000
1826	281176,5	209705,9	1856	987500	1111111	1886	N.D.	880000	648000
1827	250000	217105,3	1857	987500	1562500	1887	N.D.	880000	256000
1828	325000	260681,8	1858	1060000	1575000				
1829	333333,3	315500	1859	933333,3	1518700				

*Para Porto Alegre e Sabará, médias móveis trienais

**Para o Rio de Janeiro, Melo, P.C.:1978.

Tabela 4: Quantidades de Homens e Mulheres Escravos, Segundo as Origens Declaradas nos Inventários da Comarca de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, entre 1800 e 1887.

Períodos	Homens	mulheres	africanos	africanas	Brasileiros	brasileiras	Não Identificados	Não Identificadas
1800-1810	116	85	59	24	57	60	0	1
1811-1820	221	126	104	27	116	99	1	0
1821-1830	330	233	140	47	184	182	6	4
1831-1840	439	254	199	61	235	183	5	10
1841-1850	342	230	113	18	215	198	14	14
1851-1872	608	432	154	34	410	370	44	28
1873-1887	322	286	27	11	262	238	33	37
1800-1887	2378	1646	796	222	1479	1330	103	94

Bibliografia

- ALENCASTRO, L.F.: *O Trato dos Viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- CASTRO, A.B. : “ As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho - Dinâmica do Escravismo Colonial ”, In: Pinheiro, P.S. (org.): *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- CONRAD, R.: *The Destruction of Brazilian Slavery 1850-1888*, Los Angeles : University of California Press, 1972.
- FLORENTINO, M.: *Em Costas Negras - Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FOGEL, R. W. e ENGERMAN, S.L.: *Time on the Cross - The Economics of American Negro Slavery*. London, Wildwood House, 1974.
- FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992
- FREYRE, G.: *Casa Grande e Senzala* , Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1977.
- FURTADO, C.: *Formação Econômica do Brasil*, Brasília, Editora da UnB, 1962.
- GENOVESE, E.D.: *The World the Slaveholders Made*, Middletown, Wesleyan University Press, 1988.
- HECKSCHER, E.F.: *La Epoca Mercantilista - historia de la organización y las ideas economicas desde el final de Edad Media hasta la Sociedad Liberal*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1988.

- IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil – séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*, Rio de Janeiro, IBGE, 1987.
- LIBBY, D.C.: *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil - O Caso de Morro Velho*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.
- LOPES, L.C.: *Brasília: o enigma da esfinge, a construção e os bastidores do poder*, Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 1996.
- MARIUTTI, E.B. NOGUERÓL, L.P.F. e DANIELI NETO, M.: Mercado Interno Colonial E Grau de Autonomia: Críticas às Propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *Revista de Estudos Econômicos*, vol.31, n.2, 2001.
- MARTINS, R.B.: *Growing in Silence : The Slavery Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais*, Nashville, Tese de doutoramento apresentada a Vanderbilt University, 1980.
- MELLO, J. M. C. de : *O Capitalismo Tardio - contribuição à crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, Campinas, Instituto de Economia, 1998.
- MELLO, P.C.: “ Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Eco. Cafeeira do Rio de Janeiro. 1850-1888. ”, *Revista Brasileira de Economia*, V.32, n.1, p.43-67, 1978.
- PAIVA, Clotilde A. : *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*, São Paulo, Tese de Doutorado Apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.
- PRADO JÚNIOR, Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1976.
- SAINT-HILAIRE, A. de: *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ERUS, 1987.
- SALLES, G.V.F. de: *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*, Goiânia, CEGRAF/UFG, 1992.
- SLENES, R.W.: Os Múltiplos de Porcos e Diamantes : A economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX, *Revista de Estudos Econômicos*, vol.18, n.3, p 449-495,1988.
- WILLIAMS, E.: *Capitalismo e Escravidão*, Rio de Janeiro, Editora Americana, 1975.